

1. INTRODUÇÃO

Diversos campos da ciência têm se preocupado em promover reflexões capazes de alertar e subsidiar as organizações políticas, gestões públicas, bem como, as empresas e as instituições escolares, no sentido de buscarem disseminar as éticas envolvendo sustentabilidade, equidade e cidadania. Entretanto, um dos grandes desafios que se apresenta na atualidade, é o de unir forças, no sentido de estimular atitudes compromissadas com a minimização do consumismo exacerbado e com a ampliação de condutas sustentáveis, pró-ambientais e de preservação dos bens naturais e culturais.

Entretanto, este desafio só poderá ser vencido, se houver um comprometimento envolvendo os diversos atores sociais, aliados a políticas públicas eficientes. O conceito de sustentabilidade, por si só, já salienta a inequívoca simbiose entre os bens culturais, a educação, o ambiente e os seres humanos (Prince; Cory-Wright, 2022).

A relação dialética entre o ser humano e o ambiente natural já tem recebido a atenção de estudiosos, inclusive da área de Educação Física. Alguns autores auxiliam a compreender a natureza para além de algo considerado intocado (Bruhns, 2009), ou, a superar sua evocação apenas como cenário para diversas vivências (Bruhns; Marinho, 2012), difundindo as perspectivas de sua ressignificação instaurada na própria noção de vida humanizada (Piovani, 2013).

O aumento da demanda pelo contato com ambientes naturais deflagrada no último século, sobretudo pela evolução das atividades de aventura no contexto do lazer (Schwartz, 2006; Pimentel, 2013) e propagada pelo envolvimento no turismo de aventura (Ritpanitchajchaval; Ashton; Apollo, 2023) e nos esportes de aventura (Falcão; Sotiriadou; Uvinha, 2023), fez crescer as preocupações dos estudiosos. Assim, esses autores procuram contribuir, elencando estratégias para amenizar e conscientizar os impactos gerados e fomentar a sensibilização ambiental e a sustentabilidade.

Entre as possibilidades de abordagens que possam consolidar contribuições de focos sobre a importância dessas temáticas estão os estudos a respeito das práticas corporais de aventura (Paixão, 2017). Devido à evolução das atividades de aventura, as quais deixaram de ser privilégio do contexto do lazer, e, mediante os diversos benefícios apontados pelos pesquisadores, no que tange aos aspectos de saúde e da perspectiva de sensibilização ambiental e educação para e pela aventura (Figueiredo, 2019), houve a preocupação em adequá-las para o ambiente escolar (Inácio *et al.*, 2016).

No Brasil, as práticas corporais de aventura foram encampadas à escola, pela indicação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017). Alguns autores prestam suas contribuições, apontando formas pedagógicas para a inserção adequada dessas importantes práticas no contexto educacional (Porretti *et al.*, 2021; Bungenstab *et al.*, 2017); Finardi; Ulasowicz, 2023; Pereira; Armbrust, 2023). Entretanto, diversos entraves ainda estão presentes, elevando a preocupação dos estudiosos, entre eles, a adequação dos espaços e equipamentos para práticas seguras e eficientes, além da própria formação do Profissional para lidar com a complexidade que envolve o corpo em desafios e riscos diferenciados.

Assim, todas as iniciativas que possam auxiliar a minimizar equívocos e assegurar mais competência para os profissionais, tornam-se imprescindíveis. Sob esse prisma, uma das contribuições para potencializar essas necessárias e prementes transformações está pautada na difusão de informações e conhecimentos produzidos em âmbito acadêmico. Os estudos e pesquisas que contam com parcerias de diversos pesquisadores, representam elementos importantes para difundir, subsidiar e catalisar novas intervenções sociais exitosas.

Neste sentido, os eventos de caráter acadêmico-científico podem representar polos importantes, configurando espaços de reflexão e promoção de estratégias socioeducativas. Esta é a vocação do XIII Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura e do VII Congresso Internacional de Atividades de Aventura, os quais são delineados para aglutinar estudos e intervenções exitosas, pautados nas Práticas Corporais de Aventura.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª versão. Brasília: Ministério da Educação. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em 03 abr. 2024.

BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. São Paulo: Manoel, 2009.

BRUHNS, H. T.; MARINHO, A. Ritos e rituais nas viagens à natureza. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 5, n. 1, 2012.

BUNGENSTAB, G. C.; SANTOS, W. M.; SILVA, L. T.; SANTOS, R. M. A.; HOLANDA, G. I. S.; RAMOS, J. S. D.; GUEDES, D. G. S. Educação física no ensino médio: possibilidades de ensino das práticas corporais (de aventura). **Corpoconsciência**, p. 29-40, 2017.

FALCÃO, T. B. C.; SOTIRIADOU, P.; UVINHA, R. R. Olympic games and adventure sports: The inclusion of surfing in the Tokyo 2020 edition. **The International Journal of the History of Sport**, v. 40, n. 4, p. 334-349, 2023.

FIGUEIREDO, J. P. **Educação para e pela aventura: a participação de crianças e as relações familiares em atividades de aventura na natureza**. Tese (Doutorado em Educação Física), Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Florianópolis, 2019, 225 p.

FINARDI, F.; ULASOWICZ, C. (Orgs.). **Aprendendo práticas corporais de aventura na Educação Física: da escola à universidade**. V.48, Curitiba: CRV, 2023.

INÁCIO, H. L. D.; CAUPER, D. A. C.; SILVA, L. A. P.; MORAIS, G. G. Práticas corporais de aventura na escola: possibilidades e desafios-reflexões para além da base nacional comum curricular. **Motrivivência**, v. 28, n. 48, p. 168-187, 2016.

PAIXÃO, J. A. O esporte de aventura como conteúdo possível nas aulas de educação física escolar. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 170-182, 2017.

PEREIRA, D. W. ARMBRUST, I. **Pedagogia da aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola**. Jundiaí: Fontoura Editora, 2023.

PIOVANI, V. G. S. Atividades de aventura: prática para um tempo livre para o consumo ou para um tempo livre mais humano?. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 11, n. 2, p. 61-67, 2013.

PORRETTI, M. F.; PESSOA, F. A.; PITZER, L. S.; SAINT-CLAIR, E. M. Aventura e natureza: os riscos, os cuidados e seus espaços no contexto da Educação Física. In: MOCARZEL, R. C. S. (Org.) **Bacharelado em Educação Física**. Cidade: Appris, 2021.

RITPANITCHAJCHAVAL, N.; ASHTON, A. S.; APOLLO, M. Eudaimonic well-being development: Motives driving mountain-based adventure tourism. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, v. 42, p. 100607, 2023.



SCHWARTZ, G. M. (Org.). **Aventuras na natureza:** consolidando significados. Jundiaí: Fontoura, 2006.

PIMENTEL, G. G. A. Esportes na natureza e atividades de aventura: uma terminologia aporética. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 35, p. 687-700, 2013.

PRINCE, H.; CORY-WRIGHT, J. Outdoor education as a deep education for global sustainability and social justice. In: PETRY, K.; JONG, J. (Eds.) **Education in Sport and Physical Activity**. Abingdon: Routledge, 2022, p. 49-60.

Gisele Maria Schwartz
LEL- Laboratório de Estudos do Lazer – GERE/UFU